

Corte por calote é proibido

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul promulgou lei que proíbe concessionárias de energia, de água e de telefonia de cortar o serviço por falta de pagamento. Vetada pelo governador José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT, a lei foi promulgada na semana passada, após os deputados derrubarem o veto. A empresa Enersul recorre à Justiça para invalidar a lei.

Compra de
jatos dobrou
e ameaça
piorar o caos
aéreo vivido
no país

Pág. A27

Economia Brasil
145
Reportagem 0003

O ministro Marco Aurélio é relator de uma das ações bilionárias que podem minar os efeitos do novo pacote do governo

ARQUIVO

LEGISLAÇÃO ■ Supremo julga ações bilionárias no início do ano e pode travar economia

STF ameaça crescimento

Daniel Pereira

■ BRASÍLIA. Dois esqueletos bilionários ameaçam neutralizar os efeitos das medidas que serão anunciadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para destravar a economia e frear o crescimento das despesas públicas. Assombrarão a equipe econômica do governo se forem tirados do armário por decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), que tendem a ser proferidas no início deste ano. Em um dos processos, beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pedem aumento do valor recebido a título de pensão por morte.

Caso perca a disputa, o INSS terá um gasto adicional imediato de R\$ 7 bilhões. Em 20 anos, a fatura pode chegar a R\$ 120 bilhões.

— As contas da Previdência não agüentam um impacto dessa magnitude — diz o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

O déficit do setor em 2006 foi de cerca de R\$ 42,5 bilhões. Segundo especialistas, o rombo drena recursos que poderiam ser investidos, por exemplo, em infra-estrutura. Para reduzi-lo, o governo pretende adotar medidas de gestão a fim de coibir fraudes. O plano de contenção foi traçado sem levar em consideração o possível aumento bilionário de gastos.

— Qualquer esqueleto desse porte é imponderável — declara Jucá, um dos quatro ministros da Previdência durante o primeiro mandato de Lula.

O placar parcial do julgamento mostra quatro votos a favor do INSS e apenas um em defesa do reajuste do valor das pensões por morte. O resultado final ainda é incerto porque restam votar seis ministros. Hoje, a preocupação principal do governo recai sobre outro processo. No caso, recurso apresentado por em-

presas para derrubar a inclusão do ICMS na base de cálculo da Cofins. Dos 11 ministros do STF, seis já deram razão aos contribuintes e um se manifestou em sentido contrário.

Como faltam apenas três votos, o governo só modificará o placar se houver mudança de posição, o que é uma ra-

ridade no Supremo. O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) estima que a Receita Federal deixará de arrecadar por ano R\$ 6,8 bilhões caso a iminente derrota seja consumada. Pior: terá de devolver até R\$ 50 bilhões em tributos arrecadados nos últimos anos, se for considerada in-

constitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo da Cofins.

A desoneração tributária prometida por Lula será de cerca de R\$ 10 bilhões, nos quais já estão incluídos R\$ 2,7 bilhões em renúncia fiscal decorrente da entrada em vigor, em julho, da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

— É um impacto brutal. Se acontecer dessa forma (prevista pelo IBPT), a solução será aumentar a carga incidente sobre outros tributos — afirma Everardo Maciel, secretário da Receita durante o governo de Fernando Henrique.

Dar mais peso ao fardo tributário seria a única saída possível, acrescenta Maciel, porque o governo não teria mais como cortar investimentos públicos, os quais caíram 75% em comparação a 1988.

— Pensar em cortar investimento público é loucura — afirma ele.

Relator do processo, o ministro Marco Aurélio de Mello disse que a Cofins incide sobre faturamento. Ou seja, sobre recursos obtidos com venda de mercadorias e prestação de serviço. O ICMS não se enquadra em tal conceito. Mello lembrou que, se a inclusão fosse constitucional, o IPI também faria parte da base de cálculo da contribuição.

No caso da inclusão indevida do ICMS na base de cálculo da Cofins, seis ministros já deram razão aos contribuintes



Principais fatos da economia nacional e internacional chegam primeiro ao seu celular. Envie um SMS com o texto LIG ECO para o número 46921 (Vivo) ou 52052 (Oi, BrT e CTBC). R\$0,10 por mensagem.